

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.380.299 - SP  
(2018/0266827-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : **CARLOS ALBERTO RODRIGUES**  
**ADVOGADOS** : **ELIEZER PEREIRA MARTINS - SP168735**  
: **DAILSON SOARES DE REZENDE - SP314481**  
**AGRAVADO** : **CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR DO ESTADO**  
: **DE SAO PAULO**  
**PROCURADOR** : **HELENA RIBEIRO CORDULA ESTEVES - SP205951**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA.

1. "Não cabe ao Tribunal, que não é órgão de consulta, responder a questionários postos pela parte sucumbente, que não aponta de concreto nenhuma obscuridade, omissão ou contradição no acórdão, mas deseja, isto sim, esclarecimentos sobre sua situação futura e profliga o que considera injustiças decorrentes do 'decisum' (...)" (EDcl no REsp 739/RJ, Rel. Min. ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, DJ de 11.3.1991, p. 2395).
2. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator